

Na Serra do Mar, proteção e valorização de um eco-sistema

Em meados do século XVIII, um produto passa à primeira posição na economia paulista: o açúcar. Falta-va, todavia, uma infra-estrutura que assegurasse uma exportação. Partindo do quadrilátero açucareiro, ele encontrava uma difícil barreira a transpor: a Serra do Mar. Preocupado com o problema, o governador da capitania de São Paulo, Bernardo José Maria de Lorena, mandou construir, em 1792, uma estrada pavimentada de pedras, entre os rios das Pedras e Cubatão. A Calçada do Lorena, como ficou conhecida, garantiu assim a ligação da economia paulista com o mercado internacional.

Mas não é essa a função histórica que deu projeção à estrada. A Calçada adquiriu notoriedade como o caminho que D. Pedro I percorreu ao proclamar a independência, a 7 de setembro de 1822. Pouco depois, em 1842, ela seria substituída por uma via, que já permitia tráfego de veículos, necessária ao escoamento da produção paulista, particularmente o café: a Estrada da Maioridade, assim chamada em homenagem

à ascensão de D. Pedro II ao poder e que hoje é conhecida como Caminho do Mar.

Após 155 anos, no próximo 7 de setembro, muitas pessoas poderão refazer o caminho de D. Pedro I; ou, com uma visão histórica mais ampla, conhecer o que a tecnologia correspondente a um ciclo econômico específico do país permitia em matéria de via pavimentada. Tanto a Calçada do Lorena, como monumentos e bens naturais da Serra, estão incluídos na área do Projeto Lorena, elaborado pelo arquiteto Benedito Lima de Toledo. Ele é uma iniciativa da Protur, empresa de economia mista sob controle da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo. E será executado em convênio com a CNPU, secretaria de Economia e Planejamento, Assuntos Metropolitanos e de Cultura, Ciência e Tecnologia do governo do Estado de São Paulo.

O projeto se desenvolverá em diversas fases e sua área poderá ser ampliada na medida em que for bem sucedido. Numa primeira etapa, que deverá estar concluída em 7 de se-

tembro deste ano, estão previstas as seguintes obras: restauração da Calçada, estrada de acesso pelo Caminho do Mar, Centro de Apoio Turístico e obras complementares para conforto do visitante.

Essas obras, contudo, são apenas uma parcela muito pequena do projeto, que parte de uma concepção bastante ampla de patrimônio — o eco-sistema — onde estão englobados bens naturais e culturais. Quando o projeto estiver pronto, não só o paulistano, mas também a população das cidades litorâneas e visitantes de outros Estados, terão uma extensa área de lazer, onde poderão fazer longos passeios.

Segundo Benedito Lima de Toledo, uma preocupação fundamental na concepção do projeto foi a de que o acesso à sua área seja feito, tranquilamente, pelo transporte de massa. "É preciso acabar com a ideia de que lazer e turismo é para a elite, só para quem tem carro. A área do projeto, por lei, é considerada reserva federal e estadual ao mesmo tempo; então, temos que tor-

1
Visita geral da área do Projeto Lorena, na Serra do Mar (SP).

2
A faixa mais regular da Calçada do Lorena mede de 60 a 80 cm.

3
Pouso de Paranapiacaba e o Caminho do Mar. Ambos deverão ser restaurados segundo técnicas adequadas, que permitam sua reutilização.

4 e 5
Rancho da Maioridade: outro da série de monumentos construídos por Washington Luiz como equipamentos turísticos para a Serra do Mar.



Nas casas operárias de São Paulo, o documento da vida de uma classe

"Preservar pontualmente apenas os bens excepcionais". Para o arquiteto Carlos Lemos, esta foi, até bem pouco tempo, a orientação elitista dos órgãos encarregados desse tipo de trabalho. Ele acredita que o correto seria preservar conjuntos urbanos inteiros, significativos das distintas épocas e ciclos econômicos da cidade, assim como representativos de suas diversas classes sociais. Coerente com esse tipo de visão, ele tem se preocupado com as vilas operárias que existiram em São Paulo neste século. E estudado uma delas — a Vila Economisadora — em profundidade. A seguir, Lemos fala um pouco desses conjuntos e da "Economisadora", mostrando como seria possível preservá-los.

"Vários industriais e sociedades de capitalistas trataram de construir conjuntos residenciais para fixar, à volta de suas fábricas, famílias operárias de mão-de-obra qualificada. Principalmente industriais de tecidos, cujos estabelecimentos, naquela época pioneira, eram sempre muito próximas às linhas férreas, então os únicos meios de transporte de mercadoria e de passageiros. Daí, o

fato das vilas operárias também estarem próximas às estações dos chamados trens de subúrbio.

Importante sociedade desse começo do século XX foi a "Economisadora Paulista", criada em 1907, parece que por inspiração do escritor e médico Cláudio de Souza. Essa sociedade era uma das várias "mútuas" que funcionavam em São Paulo destinadas a empréstimos a longo prazo. Esse escritor de São Roque, um dos fundadores da Academia Paulista de Letras, juntou-se a outros capitalistas como o Senador Luiz Pisa, o Dr. Gabriel Dias da Silva e o Comendador Leoncio Gurgel e trataram de, através de sua sociedade mútua, construir casas de aluguel destinadas a operários. E levantaram no bairro da Luz dois conjuntos residenciais: a Vila Economisadora Um e a Vila Economisadora Paulista Dois, construídas pelo empreiteiro Antonio Bocchini.

Um pouco mais tarde, já na segunda década e antes da Primeira Grande Guerra, outro médico, este já movido por intenções menos usuárias e justificando sua fama de homem altruísta e precursor de solu-

ções trabalhistas inéditas em nossa era pré-industrial, imaginou e construiu a sua Vila Maria Zélia, pelos lados do Brás, possuindo uma série de providências de caráter assistencial como uma creche, a escola primária, a igreja e o sortido armazém. Referimo-nos a Jorge Street, carioca de nascimento, mas que residiu e morreu em São Paulo, cidade que amou e onde agiu com exemplar dignidade, inclusive em seus reveses econômicos, que o levaram à pobreza. Hoje, a sua obra pioneira ainda pode mostrar as qualidades que naquela época a todos encantava e intrigava.

Mas, aqui, interessa-nos é a Vila Economisadora Um, ainda integrada em seu todo, mostrando unicamente em suas residências, uma ou outra, pequenas reformas, especialmente nos calçilhos. Essa integridade só deve ao fato de toda a vila ainda pertencer a uma pessoa, herdeira de alguém que adquiriu todo o acervo remanescente da mútua, dissolvida por motivos econômicos e legais. Ainda no local existem famílias descendentes diretas de primeiros locatários, havendo mesmo um senhor

na-la acessível à coletividade", diz o arquiteto.

O passeio

Se sair de São Paulo, o turista poderá optar pelo "roteiro das balsas". Atualmente, já existem balsas, bastante precárias, circulando pelas represas existentes entre Bororé, Taquacetuba, Rio Pequeno e Rio das Pedras; com o projeto, pretende-se colocar em funcionamento um sistema de barcos turísticos, com pontos de embarque em locais diversificados, onde o visitante poderá chegar de metrô-ônibus integração, por estrada de ferro (Santos-Jundiaí e Sorocabana) e por rodovia (Imigrantes e Anchieta). O transporte fluvial será enfatizado para que a paisagem possa ser apreciada por este ângulo praticamente inédito aos paulistas.

No centro de apoio turístico, ele receberá toda a orientação e entrará num parque, com o qual se pretende restabelecer o equilíbrio ecológico da região. Antigamente, a área era coberta por árvores nativas da Floresta Atlântica, mas foi ex-

tensamente devastada por carvoeiros, em decorrência da falta de combustível ocorrida na II Guerra. Agora, o projeto pretende replantar, na sua área, todas as espécies existentes na Serra do Mar, para que todos possam conhecê-las.

A recomposição da cobertura vegetal é primordial, face à agressividade dos poluentes que sobem do parque industrial de Cubatão e à proximidade de centros altamente industrializados do ABC. Na verdade, a cobertura vegetal da Serra constitui um filtro de biosfera para a Grande São Paulo. Sua preservação é vital para toda a região, incluindo a baixada santista. Além disso, será um "laboratório" para os naturalistas.

Não será possível entrar no local de carro. Para as pessoas idosas ou que não puderem andar, haverá "trenzinhos" puxados por tratores, que levarão os visitantes até os pontos de atração turística: orquidários, bromeliários, exposição de samambaias, mini-zoológico com espécies locais, pontos para observação de pássaros, mirantes e monumentos

históricos. Alguns desses monumentos Padrão do Lorena, que Washington Luiz mandou construir em 1922; Cruzeiro Quinhentista, também de 1922; Pouso de Paranapiacaba (onde deverá haver um restaurante) e Rancho da Maioridade (onde será instalada uma "casa de café", em convênio com o IBC). Além de todas essas atrações, o parque terá área para camping, equipamento de diversão infantil, um sistema teleférico entre o pico da Serra e o Padrão do Lorena e, posteriormente, deste à raiz da serra. O sistema metrô-ônibus-balsa-teleférico constituirá uma nova ligação, essencialmente turística, com o litoral.

As represas, como a do Rio das Pedras, por exemplo, mesmo sem qualquer tratamento, já são regularmente usadas para a pesca e esse tipo de utilização será incentivado com a ceva de espécies selecionadas. Mas o visitante também poderá nadar, velejar ou remar.

De acordo com Lima de Toledo, a implantação do projeto numa pequena área, no início, permitirá um atendimento perfeito ao público. Com is-

so, pretende-se educá-lo para usufruir, sem danificar, as atrações da região. Uma evidência desse tipo de preocupação está no cultivo de espécies vegetais em larga escala para serem vendidas aos visitantes a preço de custo, para que estes não sejam levados a "arrancá-las" do parque.

Outra preocupação, segundo o arquiteto, é a de que o parque seja auto-financiado. Cobrando uma pequena taxa de entrada (de dois a cinco cruzeiros) prevê-se a preservação do eco-sistema e a manutenção de sua infra-estrutura: tratamento de água e esgotos, sistema de guarda florestal e fiscalização, sistema de ambulatório para atendimentos de emergência, transportes, etc. Lima de Toledo afirma que esse é um aspecto da maior importância na preservação do patrimônio: descobrir mecanismos que tornem a preservação dos recursos naturais e bens culturais auto-financiável.

O conjunto de recursos naturais e artefatos (bens culturais) vinculados ao projeto Lorena deverá constituir o primeiro eco-museu do país.



que reside na mesma casa há 62 anos seguidos.

Na época da construção da "1.ª Vila Economisadora Paulista", aquela mútua publicou um folheto de propaganda onde se enalteciam as qualidades do conjunto residencial, a "mais monumental e a mais completa das construções coletivas de São Paulo, cidade que está indubitavelmente colocada entre as mais belas e as mais adiantadas da América do Sul". Era uma "verdadeira cidadela", ladeada pelas avenidas Tamanduaí e Cantareira e pela já então importante via comercial que era a Rua São Caetano.

Nos fundos, passavam "as linhas da São Paulo Railway, elevadas sobre viaduto, dando ao local uma nota pitoresca e movimentada". Interessante esta última observação, último recurso para disfarçar a mais que incômoda vizinhança da linha férrea, com os seus ruidosos trens trafegando dia e noite sem parar. No entanto, a localização era estratégica, relativamente próxima à Estação da Luz, ao Jardim Botânico e várias fábricas.

A vila era cortada por uma rua

principal, longitudinal, perpendicular à Rua São Caetano, onde se situava a entrada principal guarnecida de um pórtico art-nouveau de ferro e provido de luminárias. Essa rua interna possuía quatro travessas, com os nomes dos sócios da companhia financeira de empréstimos. Foram projetadas e construídas 134 unidades, sendo 17 armazéns com frente para a Rua São Caetano.

O terreno primitivamente fora maior e os empresários explicam: A 1.ª Vila Economisadora Paulista ficou muito econômica, pela feliz operação que fizemos, adquirindo uma grande área de terreno, que, depois de preparado, foi revendido em um de seus lados, ficando o excedente, uma vez completada a revenda, inteiramente de graça para a Economisadora". E continuam: "assim sendo grátis o terreno, as construções deixam um juro excelente. O capital empatado na construção da 1.ª Vila da Economisadora Paulista orça em novecentos contos de réis, devendo dar aluguéis equivalentes a um juro de 15% anuais".

Nossa intenção primeira é preservar, após apropriada triagem e con-

sequente cadastramento, os bens culturais representados pelos vários exemplares ainda existentes em São Paulo de casas operárias. Está claro que julgamos de mais interesse as velhas casas auto-construídas pelos imigrantes europeus, cujos projetos estudamos com certa profundidade em nossa tese de doutoramento, após pesquisa no Arquivo Histórico Washington Luiz, da Prefeitura de São Paulo.

Nesses casos podemos, até certo ponto, vislumbrar soluções típicas, onde está presente a experiência européia e até o modo de vida peninsular que exige, por exemplo, o forno da pizza no fundo do quintal. Não o forno de calota esférica caipira, também tradicionalmente no quintal, mas o forno de abóbada de berço, com chaminé e boca larga, quase sempre ao lado da "cuzigna" nomenclatura "macarrônica" às vezes expressa nas plantas desenhadas em casa, na mesa da sala de jantar, isto é, da "varanda", outra palavra frequente nos projetos.

Mas também têm interesse essas casas oriundas dos esforços da classe dominante, porque tambémaju-

dam a completar o quadro representativo desse grande problema que sempre foi o da moradia popular. Daí a nossa atenção a esse conjunto que, aliás não apresenta nenhum aspecto de maior interesse, seja arquitetônico, seja simplesmente construtivo. Constitui unicamente um documento, um bem cultural, que deve ser conservado. E como documento será encarado.

Esse conjunto, que merece ser conservado assim como o de Jorge Street, na verdade não necessita de restauração de vulto, já que praticamente está íntegro, como já dissemos. Algumas casas tiveram suas paredes internas remanejadas, outras poucas receberam puxados em suas áreas internas, algumas revestimentos de pastilhas e existem casas que tiveram os pés direitos de seus porões aumentados a fim de permitirem uso permanente. Porcentualmente nada representam. Portanto, em face a uma possível adequação do conjunto a finalidades culturais, ou simplesmente, reformulação com fins residenciais, os trabalhos serão de pouca monta".